



# MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS NOS ASSENTAMENTOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE

Maria Alice Silva de Oliveira<sup>1</sup>, Rávina Beatriz Marinho Medeiros<sup>2</sup>, Yohanna Tethysy Marcelino Gomes da Silva<sup>3</sup>, Ana Caroline Antonino Alves<sup>4</sup>, Vinícius Saraiva Piancó<sup>5</sup>, Demóstenes Andrade de Moraes<sup>6</sup>, Lívia Izabel Bezerra de Miranda<sup>7</sup>  
livia.izabel@professor.ufcg.edu.br e demostenes.andrade@professor.ufcg.edu.br

**Resumo:** O Projeto de Extensão “Mapeamentos Participativos nos Assentamentos Populares de Campina Grande” teve como objetivo identificar e reconhecer problemáticas, forças e potencialidades dos assentamentos populares Pedregal, Rosa Mística e Jardim Europa a partir da cooperação com seus moradores e apoiadores. Além disso, buscou divulgar e publicizar as informações obtidas, a fim de fortalecer as capacidades e ações de incidência política e de busca na consolidação ao Direito à Cidade.

**Palavras-chaves:** Mapeamentos Participativos, Assentamentos Populares, Incidência Política, Direito à Cidade.

## 1. Introdução

O presente Projeto de Extensão, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UAEC/CTRN/UFCG, integrou o Programa “Fortalecendo Capacidades e Ações pelo Direito à Cidade”, promovido pelo Núcleo Paraíba da Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles, em Campina Grande - PB.

As atividades nele desenvolvidas foram articuladas ao projeto de pesquisa Universal, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021, que desde 2022 vem realizando a identificação e a caracterização de assentamentos populares em Campina Grande e em João Pessoa. No âmbito desta pesquisa, também está sendo elaborado um Atlas e uma plataforma digital aberta com os dados e as informações coletadas de cada assentamento popular, incluindo os resultados deste projeto de extensão. Sendo assim, o projeto de extensão buscou viabilizar processos dialógicos durante a aplicação das suas metodologias e realização das atividades desenvolvidas.

O desenvolvimento do projeto de extensão foi comprometido com a troca de saberes populares e técnicos, tendo por objetivo mapear, localizar e entender criticamente as condições dos assentamentos e territórios populares nos âmbitos socioambiental, territorial e infraestrutural. Para isso foram mobilizados líderes comunitários, moradores e apoiadores dos assentamentos e territórios populares do Pedregal, Rosa Mística e Jardim Europa, em Campina Grande (PB).

Os mapeamentos foram problematizados e relacionados aos direitos estabelecidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que lideranças

comunitárias, moradores e integrantes de entidades atuantes nos assentamentos possam realizar ações de incidência política para a defesa dos direitos ainda não garantidos ou violados nos assentamentos. Essas mobilizações poderão contribuir para a reivindicação social, permitindo ecoar as vozes dos moradores e visibilizar demandas e propostas, visando pressionar o poder público para a implementação de políticas e ações públicas.

## 2. Metodologia

A abordagem metodológica foi multidimensional integrada e quali-quantitativa, abordando uma visão crítica sobre as condições dos assentamentos, baseada na Teoria Urbana Crítica e da Ecologia Política, e envolvendo estudos sobre as condições dos assentamentos populares Jardim Europa, Rosa Mística e Pedregal, por meio de mapas participativos.

Os mapas são representações gráficas de áreas geográficas que contêm informações variadas. Pertencem ao campo da Cartografia, porém podem ser elaborados de diferentes maneiras, nem sempre seguindo normas específicas. Os mapas podem servir a funções muito diversas como delimitações de territórios, zoneamentos de características ou de funções de uma determinada área. Lussault (1995) ressalta também que, historicamente, vêm servindo às ações de caráter político e de demarcação para controle territorial.

A partir dos anos 1990, o termo “mapeamento participativo” foi reconhecido internacionalmente e disseminado por diversas organizações governamentais, não governamentais e por instituições de ensino etc. (ACSELRAD; COLI, 2008) [1]. Além disso, sua produção pode ser associada e facilitada a partir das articulações aos Sistemas de Informação Geográfica (GIS). Joliveau (2008) [7] lança a hipótese que os mapas nas abordagens participativas ligam atores e territórios de forma a que nesta relação, “uns e outros mudarão”.

Os mapas participativos das comunidades tradicionais privilegiam os saberes locais e, de acordo com Acselrad e Coli (2008) [2], permitem ecoar as vozes das comunidades de base. Porém, sua elaboração é dependente da estrutura de poder na qual se instaura, gerando dependência dos agentes externos, em boa parte das iniciativas, para que os participantes-elaboradores dos mapeamentos propostos adquiram saberes suficientes para a elaboração dos mapas.

<sup>1,2,3,4,5</sup> Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

<sup>6</sup> Orientador e Coordenador do Projeto de Extensão, Professor Doutor, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil

<sup>7</sup> Coordenadora do Programa de Extensão, Professora Doutora, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

O projeto de extensão pretendeu, por meio da elaboração de mapeamentos participativos, identificar e reconhecer problemas e potenciais, fragilidades e forças, alianças e conflitos socioterritoriais e ambientais nos assentamentos populares. A partir destes reconhecimentos, os Mapas Participativos elaborados foram disponibilizados nos assentamentos de forma a possibilitar que os participantes-elaboradores dos mapas organizem demandas e propostas especializadas e ações de incidência política pelo direito à cidade e pelos ODS. Os resultados divulgados nos assentamentos serão, ainda, publicizados para o público em geral em uma plataforma digital aberta que vem sendo elaborada com o apoio pesquisa da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021, “Reconhecendo Assentamentos precários em João Pessoa e Campina Grande, coordenado pela Professora Livia Miranda e PIBIC associado”.

Sendo assim, a proposta da extensão foi desenvolvida a partir da realização de 7 (sete) atividades principais:

Atividade 1. Mobilização e formação de grupos de trabalho da extensão nos assentamentos populares

Atividade 2. Elaboração de instrumentos pedagógicos, materiais didáticos e tutoriais para os processos de capacitação sobre o desenvolvimento de mapeamentos participativos.

Atividade 3. Capacitações para as oficinas para o desenvolvimento de mapeamentos participativos.

Atividade 4. Oficinas para o desenvolvimento de mapeamentos participativos.

Atividade 5. Disponibilização, divulgação e publicização dos Mapas Participativos.

Atividade 6. Organização de demandas e propostas para os assentamentos.

Atividade 7. Avaliação participativa e elaboração do relatório do projeto de extensão.

Todas as atividades acima foram realizadas com metodologias participativas que permitiram a troca de conhecimentos entre as populações visando a identificação das especificidades de cada assentamento popular, bem como a formulação de propostas para garantir a busca pelo direito à cidade.

### 3. Resultados e Discussões

Para cada uma das três (03) comunidades participantes dos mapeamentos, uma oficina foi realizada com o público geral a partir do contato com os grupos de trabalho formados durante a Atividade 1, a fim de mapear os problemas, as forças e as potencialidades daqueles territórios com base na vivência da população local.

Para tanto, a equipe executora do Projeto de Extensão confeccionou, como principal instrumento pedagógico, uma maquete topográfica associada a reproduções de imagens de satélite para cada assentamento popular, para que a compreensão do recorte territorial fosse facilitada, além de permitir a visualização tridimensional do ambiente natural em relação ao posicionamento das moradias e das infraestruturas locais. Além disso, as maquetes eram complementadas com ícones para localização de equipamentos e serviços, e com a adição dos nomes de todas as ruas e avenidas do entorno trabalhado, facilitando a referência de lugares e

compreensão da maquete. Ainda, anteriormente à realização dos mapeamentos participativos, para cada uma das oficinas realizadas nas comunidades, foi realizada a publicização e a divulgação de ‘cards’ informativos nas redes sociais.



Figura 1 - Produção das maquetes. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.



Figura 2 - Maquetes para Oficinas. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba

Com relação a estes tópicos, a Tabela I resume os dados acerca dos procedimentos realizados nas comunidades, sobre as oficinas e as devoluções em ocasiões subsequentes:

Tabela I – Dados das oficinas e devoluções.

|                        | <b>Pedregal</b> | <b>Rosa Mística</b> | <b>Jardim Europa</b> |
|------------------------|-----------------|---------------------|----------------------|
| <b>Data da Oficina</b> | 02/09/23        | 07/10/23            | 05/11/23             |

| Local da Oficina        | SAB Pedregal | Escolinha Pastoral da Criança | Moradia de associada |
|-------------------------|--------------|-------------------------------|----------------------|
| Número de Participantes | 29           | 25                            | 25                   |
| Data de Devolução       | 16/02/24     | 22/02/24                      | 23/02/24             |
| Locais de Devolução     | Escolas UBSF | Escolinha Pastoral da Criança | Moradia de associada |

Foi realizado um processo de realização e preparo com os participantes no início de cada mapeamento, apresentando: (i) o objetivo do mapeamento participativo; (ii) os materiais e métodos utilizados no processo, objetivando gerar compreensões coletivas sobre o trabalho a ser realizado; e (iii) apresentar as ações participativas e dialógicas que seriam realizadas na oficina, a fim de obter conhecimento sobre as histórias e informações de questões territoriais de cada comunidade.

Em cada oficina, a equipe extensionista trabalhou com a maquete produzida, mapeando a localização de infraestruturas, equipamentos e serviços a partir da ajuda dos moradores, além de guiar-se pelo roteiro semiestruturado produzido para dialogar acerca dos problemas e das forças existentes na comunidade.

Com relação a cada oficina, podem ser destacados os seguintes pontos:

#### 1ª Oficina - Comunidade Pedregal:

Realizada em um espaço cedido por José Ricardo, membro da SAB Pedregal, foi constatado que a demarcação da Comunidade obtida a partir dos moradores, extrapola os limites definidos para a Zona Especial de Interesse Social do Pedregal, determinados pela Lei de ZEIS Nº 4.806/09.

Além disso, foram apontadas inúmeras edificações de uso comercial e de serviços, de uso religioso e educacional por toda a extensão territorial do assentamento. Entretanto, foram informadas e mapeadas pelos moradores insuficiências e deficiências em relação a alguns serviços públicos, como os de saúde, lazer e coleta de lixo. Outrossim, o Canal de Bodocongó encontra-se poluído, que resulta na vulnerabilidade das moradias às suas margens, além de representar perigo de inundações.



Figura 3 - Maquete da Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.



Figura 4 - Registro de Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.

#### 2ª Oficina - Comunidade Rosa Mística:

A partir do contato com Dona Graça, liderança da Rosa Mística, a oficina foi realizada na Escolinha Pastoral da Criança, contando com a presença de várias crianças e adultos, que identificaram o Riacho das Piabas e a Mata do Louzeiro como pontos de importância cultural e afetiva para a comunidade. Entretanto, o corpo hídrico encontra-se poluído devido à falta de saneamento, representando vulnerabilidade ambiental para as casas próximas. Além disso, os moradores relataram falta de serviços e equipamentos públicos essenciais.



Figura 5 - Registro de Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.



Figura 6 - Maquete da Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.

### 3ª Oficina - Comunidade Jardim Europa:

A oficina de mapeamento participativo foi realizada em Jardim Europa em um espaço cedido por uma das lideranças da comunidade, Edileide Silva, que auxiliou na mobilização do público.

Durante a oficina, foi evidenciado pelos participantes a carência de serviços públicos e infraestrutura na comunidade, resultando na dependência da infraestrutura do Bairro Nova Brasília e de áreas adjacentes, destacando adicionalmente, as circunstâncias em que os moradores necessitam realizar a autoconstrução de componentes infraestruturais. Além disso, foram identificados pontos de alagamento em áreas baixas, bem como moradias em situação de risco devido ao uso de explosivos nas proximidades.



Figura 7 - Registro de Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.



Figura 8 - Registro de Oficina. Acervo do Observatório das Metrôpoles Paraíba.

As oficinas, em uma visão abrangente, permitiram que especificidades das comunidades trabalhadas fossem apresentadas e compreendidas, uma vez que não é possível obter total conhecimento sobre usos e vivências apenas com dados expositivos e cartografias técnicas. A participação popular foi essencial para entender esses processos e dinâmicas, além de aprimorar compreensões do viver cotidiano nesses territórios e captar o entendimento que os moradores têm de suas comunidades, resultando, também, no aprimoramento dos resultados obtidos.

Posteriormente à realização das oficinas, os resultados gerados pelas maquetes foram sistematizados em três (03) folhetos informativos e didáticos, um (01) para cada comunidade, contendo os principais tópicos obtidos nas oficinas, além dos mapas resultantes, relacionando-os ao Direito à Cidade e ações de incidência política.

Para a disponibilização, foi realizado um novo contato com as lideranças locais de cada assentamento, visando a entrega objetiva dos folhetos em locais de fácil acesso e com fluxo elevado de pessoas, para que funcionassem como pontos de distribuição e acesso. Para tanto, os principais lugares escolhidos foram postos de saúde e escolas, tendo em vista a possibilidade de o material disponibilizado servir como instrumento pedagógico de apoio para os professores, assim como possa ser facilmente acessível aos visitantes.

Além disso, as devoluções também mostraram a importância tanto da manutenção do contato e das articulações com lideranças comunitárias, quanto da capacidade dessas de influenciar a população local. É evidente que as ações participativas e de incidência apresentam mais resultados positivos quando há conexão sólida e mobilização popular. Também evidenciaram como os produtos produzidos na Universidade podem ser materiais didáticos que podem contribuir desde os anos iniciais de educação, e como a parceria destes com a educação superior têm a capacidade de transformar realidades sociais.

A formulação e entrega dos folhetos também se configuraram como uma forma de ecoar as vozes das comunidades, fortalecendo a autoestima e elevando o potencial para reivindicar a garantia dos seus direitos. Além disso, contribuem para aprimorar a colaboração entre pesquisadores e comunidades, transcendendo os limites físicos da universidade.

## **4. Conclusões**

A busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o de número 11 referente a Cidades e Comunidades Sustentáveis, e pelo Direito à Cidade abrange diversas dimensões, política, social, ambiental, urbanística, infraestrutural e jurídica. Cada cidade configura-se de maneira distinta, sendo formada e transformada por processos diversos, tornando importante a compreensão das dinâmicas estabelecidas em cada território, bem como das pautas de incidência política e da luta por direitos.

Vale ressaltar que o acesso aos diversos serviços e equipamentos urbanos é condição fundamental à garantia do Direito à Cidade. A despeito destes serviços serem assegurados constitucionalmente, grande parcela dos assentamentos populares de Campina Grande é negligenciada pelo Poder Público, encontrando-se em situação de precariedade.

Algumas áreas foram demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela Lei Municipal nº 4.806/2009 para priorizar ações de urbanização e regularização fundiária. A despeito disso, as intervenções realizadas nessas áreas muitas vezes são parciais e incompletas, não abrangendo a integralidade das infraestruturas e serviços necessários nem toda a extensão territorial. Somado a isto, os assentamentos não reconhecidos como ZEIS são constantemente invisibilizados e negligenciados.

Nesse contexto, é crucial revisar as legislações urbanas, como o Plano Diretor, além de priorizar investimentos nos assentamentos populares e a realização de novos levantamentos em diferentes áreas e subáreas da cidade, para que seja possível a formação de uma Campina Grande mais democrática, justa e inclusiva.

O Projeto de Extensão buscou mapear em conjunto às comunidades do Pedregal, Rosa Mística e Jardim Europa os problemas, forças e potenciais de cada comunidade, também avaliando a atuação do Poder Público nesses territórios. Com isso, as ações realizadas pelo Projeto buscaram encorajar as ações de incidência política na luta por direitos, bem como aproximar as discussões coletivas e acadêmicas.

Os produtos elaborados neste projeto de extensão integrarão, ainda, um Atlas digital que será disponibilizado em uma Plataforma Virtual Colaborativa e Aberta para amplo acesso e divulgação das diversas realidades mapeadas, favorecendo a elaboração de demandas e propostas para melhoria das comunidades da cidade.

## 5. Referências

[1] ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

[2] ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

[3] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 05 de Outubro de 1988.

[4] BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

[5] CAMPINA GRANDE. Lei nº 4.806, de 23 de Setembro de 2009. Regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande e dá Outras Providências. PMCG, 2009.

[6] CAMPINA GRANDE. Lei Complementar nº 003, de 09 de Outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. PMCG, 2006.

[7] JOLIVEAU, Thierry. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

[8] REZENDE, E. M.; ANGELUCI, A. C. B. (2019). Mapeamento participativo digital e direito à cidade. Revista Extraprensa, 13(1), 114-128. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.162763>

[9] RISLER, J.; ARES, P. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa - 1ª ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

## Agradecimentos

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2023 PROBEX/UFCG.

À Frente pelo Direito à Cidade, de Campina Grande-PB. Ao Fórum Nacional da Reforma Urbana.

Às lideranças e moradores de Pedregal, Rosa Mística e Jardim Europa.